

A Identificação Étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia Homenagem a Pedro Agostinho*

Ma. Rosário de Carvalho^a
Edwin B. Reesink^b

Resumo: A Revista *Anthropológicas* solicitou-nos escrever uma homenagem a Pedro Agostinho, antropólogo português e baiano, falecido em 2022. A Revista realiza esta homenagem devido a contribuição pioneira e fundamental de Pedro Agostinho aos estudos e história da etnologia brasileira, em especial, aquela dos povos indígenas no Nordeste brasileiro. Esta homenagem se estrutura em duas partes. Na Parte I, esboçamos o contexto da vida e os compromissos éticos e antropológicos de Pedro Agostinho, os quais, em dezembro 1971, o motivaram a empreender uma viagem fundadora a Barra Velha (BA): dessa expedição resultou o primeiro texto publicado de Pedro Agostinho sobre a etnologia no Nordeste, num vácuo etnológico, o qual contextualizamos para uma melhor compreensão da sua importância. Na Parte II, reproduzimos, o artigo original publicado em 1974: nele, o texto busca reunir todos os dados disponíveis para identificar etnicamente a população Pataxó de Barra Velha, até então, etnologicamente totalmente desconhecida.

Palavras-chaves: Homenagem, Pedro Agostinho, Pataxó, História da etnologia, Pineb, Nordeste.

Parte I: Homenagem

Pedro Manuel Agostinho da Silva faleceu em 2022. Ele foi um dos principais antropólogos de sua geração e de fundamental impor-

a Professora Titular de Antropologia (UFBA). Email: rosario@ufba.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2569-6254>.

b Professor Titular de Antropologia (UFPE). Email: edwin.reesink@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5802-7375>.

tância para a antropologia e etnologia dos povos indígenas no Brasil. Sua presença na antropologia brasileira adquiriu destaque desde os anos sessenta, quando fez seu mestrado em Brasília com pesquisa pioneira sobre o Kuaríp entre os Kamayurá do Alto Xingu (1968). Sua carreira, na sequência, foi marcada pela influência de suas publicações muito relevantes, uma atuação muito notável no campo universitário, devido à atenção e preocupação em formar novos pesquisadores, desenvolver trabalho em equipe e em áreas temáticas e regionais ainda não exploradas ou até negligenciadas. Seus interesses intelectuais abrangiam um leque muito grande, bem além da antropologia, variando de, resumidamente, geografia, direito, ecologia até a história da humanidade e sua evolução, e temas como, por exemplo, a economia camponesa, a dádiva, a religião católica, transformações históricas, o universo simbólico, mitologia e mitopoiese.

Esses temas resultaram, com efeito, em textos que incluíam preocupações acerca da relação entre sociedades e ambiente e, quando viável e pertinente, mereciam sempre um olhar amplo sobre o “contexto histórico de longo alcance cronológico e geográfico” (Silva 1995:27). No mesmo sentido, os seus interesses abarcavam povos e épocas das mais diversas. Conhecido por sua contribuição à etnologia dos povos indígenas no Brasil, a amplitude dos seus interesses incluiu, no entanto, diversos outros temas de grande relevância tal como uma pesquisa sobre uma situação de campesinato bem particular em Portugal – uma ‘herdade’, pesquisada para um período inaudito ‘durante sete séculos e meio’ (Silva 1998). Ele sempre manteve uma ligação com seu país de nascimento, ao mesmo tempo em que se tornou bem integrado no Brasil. Por fim, ainda bem resumidamente, o seu pai foi um importante intelectual e opositor à ditadura salazarista em Portugal, razão de sua mudança para o Brasil ainda quando Pedro Agostinho era criança. A sua grande estima e dedicação à figura paterna tanto influenciou suas opções políticas e, por exemplo, a sua luta incansável em prol dos povos indígenas, quanto uma grande preocupação com o legado intelectual do pai, em Portugal, onde normalmente é conhecido pelo

nome Agostinho da Silva. Talvez por isso ele, às vezes, assinava seus artigos como Pedro Agostinho, e, outras vezes, ele usava seu nome completo (veja referências).

O que é notável na sua produção é a escrita elegante, sistemática, meticulosa e criativa aplicada a textos em que se evidencia o domínio geral dos temas que pesquisava e analisava, de um modo que revelava sempre uma contribuição relevante ao debate antropológico. Qualquer pessoa que o encontrasse, em pessoa, notava logo sua curiosidade intelectual, inclusive sobre o nosso cotidiano e sua tradução sociológica, e o seu forte interesse humano nas pessoas à volta.

Esse pequeno esboço, está claro, de forma alguma pretende esgotar a sua carreira e cartografar a sua importância na antropologia. Não obstante, ele fornece um quadro inicial para o leitor contextualizar Pedro Agostinho como pessoa e antropólogo. Tal contexto iluminará, por sua vez, algo sobre a motivação da produção do artigo que segue a este esboço, em sua trajetória de vida. No fim dos anos sessenta do século passado, a repressão da ditadura militar atingiu duramente a Universidade de Brasília, com a qual Pedro Agostinho tinha laços acadêmicos. Por exemplo, uma pessoa como Eduardo Galvão, seu orientador, se viu forçado a assumir um emprego em Belém (PA), no Museu Goeldi. Esforços de institucionalizar estudos de povos indígenas se viram abortados. Nesse clima deprimente, Pedro Agostinho recebeu um convite para compor o Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. Nessa época, as regras para formar um Departamento exigia um conjunto de sete professores e faltava uma pessoa para completar esse quadro funcional. Como ele já era casado com a linguista baiana Rosa Virgínia Mattos e Silva, cujas pais ainda moravam em Salvador, aceitar o convite fazia muito sentido.

Em 1971, Pedro – como ele gostava de ser chamado – assume seu cargo de professor na Bahia e também se orienta para os povos indígenas no estado, para a produção de conhecimento sobre povos indígenas em geral, e na Bahia em particular. Em janeiro daquele ano, ele

debateu, no famoso simpósio de Barbados, sobre a situação atual dos povos indígenas na América Latina, um marco em críticas e direcionamentos sobre o tratamento nacional dos povos, as pesquisas sobre estes e os efeitos das mesmas (Oliveira 2023). Ele e outros brasileiros que moravam no Brasil não assinaram a declaração por causa da atitude francamente anti-indígena do regime militar, o que lhes valeria repressão certa se subscrevessem um documento que, seguramente, desagradaria um regime totalitário que não tolerava críticas. Esse engajamento na causa indígena o fez dar-se conta da situação prevalente na Bahia, depois de constatar que o conhecimento sobre povos indígenas era muito escasso, praticamente inexistente. Havia ainda, no mínimo, uns seis grupos indígenas na Bahia, cujas informações a respeito também eram mínimas. Nesse momento, ele decidiu que era necessário criar uma consciência social e política sobre estes povos e pesquisas científicas para substanciar tanto o conhecimento em geral como quaisquer políticas de intervenção em suas vidas. Notemos que Pedro acalentava um projeto de retorno ao Xingu, em que previa uma extensão de sua pesquisa pioneira e, por isso mesmo, como ele reconhecia, de certa maneira incipiente, no sentido de que, certamente, não dava conta da riqueza sociocultural do universo simbólico dos rituais xinguanos.

Com efeito, observe-se aqui que depois de sua chegada à Bahia foi o seu senso de engajamento e responsabilidade social que o fizeram constatar a situação de quase total desconhecimento, pela população regional, dos povos indígenas no estado. Salvo raras e honrosas exceções mais antigas, muito pouca atenção em geral, e na antropologia, tinha sido dirigida aos povos indígenas no Nordeste, até 1971. Como objeto de pesquisa antropológica, esses povos indígenas eram vistos como aculturados e etnologicamente pouco interessantes, tanto em termos de aquisição de conhecimento como em termos teóricos. Não obstante, ainda em Brasília, Pedro Agostinho já havia colaborado com Maria de Lourdes Bandeira na elaboração da primeira etnografia moderna produzida no Nordeste, sendo que

depois colaborou com o arqueólogo radicado em Salvador, Valentin Calderon, para que essa etnografia sobre os Kiriri de Mirandela fosse publicada (Bandeira 1972; publicada pela Universidade Federal da Bahia). Calderon, vale notar, acolhera Bandeira no Laboratório de Etnologia e Arqueologia da UFBA, então sob a sua direção, e orientara seu trabalho de campo entre os Kiriri, em seguida ao que Agostinho leu, criticou, discutiu e apresentou sugestões à primeira versão da dissertação (Bandeira, 1972:7).

Notemos que em 1971 o livro referido ainda não havia sido publicado, mas já apontava para a possibilidade de que existissem outros povos a ser etnografados. O senso de responsabilidade política e social em relação aos povos no estado em que se estabelecera, induziu, portanto, o antropólogo a examinar o que se sabia e não sabia. Isso, diga-se, contrariando alguns colegas que opinavam que todos os povos já estariam extintos ou quase desaparecidos e mestiçados, de modo que não mereceriam maior atenção por parte da antropologia que, assim, deveria direcionar seus esforços para objetos maiores e mais interessantes.

Pedro persistiu no objetivo. O que, pelo totalmente imprevisível ímpeto e tamanho que tomou essa empreitada, acabou sendo às custas do seu projeto pessoal de retorno ao Xingu. Sem nenhuma publicação recente disponível, a única alternativa que se afigurava consistia de notícias por outros meios. Nas atividades acadêmicas daquele ano, Pedro conseguiu entusiasmar um grupo de estudantes a iniciar leituras sobre assuntos afins e busca de informação em jornais e revistas (v. Silva 1979, para detalhes deste início). Notícias de jornais divulgavam uma intervenção policial contra uma população de descendência indígena no sul do estado, em 1951, o que é localmente conhecido como o 'Fogo de 51'. Teria sido um levante de inspiração comunista reprimido com muita força, afetando marcadamente, para pior, a vida da população indígena. As notícias, não obstante evidentemente muito enviesadas, atestavam a presença de descendentes de índios na região e forneciam suficiente informação para arriscar uma viagem

exploratória a Porto Seguro. A viagem foi organizada com a participação de todos os estudantes, com pouco dinheiro e sem financiamento oficial, mas na base do entusiasmo e doações (e a ajuda do pesquisador alemão J. Augel, professor de história visitante na UFBA, e sua esposa baiana Moema Augel. Ele se juntou aos expedicionários)¹. A viagem ao sul aconteceu em dezembro de 1971, ocasião em que se descobriu a existência de uma aldeia indígena, a aldeia, de Barra Velha, alcançada em transporte pelo mar, já que, à época Barra Velha não era acessível por transporte terrestre. Após sessenta quilômetros de mar aberto, em 8 de dezembro de 1971, a equipe desembarcou de uma canoa à vela e à motor, na estreita praia fronteira ao Monte Pascoal (Agostinho 1999).

A visita foi uma aventura, que compreendeu acampamento por uma semana na aldeia, e se tornou um evento bem sucedido e demonstrativo da presença significativa de uma população, no estado da Bahia, que ficara relegada ao esquecimento. Em pouco tempo se registrou o máximo possível de informações em um trabalho de campo de tempo mínimo, com a aplicação de um questionário de recenseamento elaborado ainda em Salvador. O mais importante, com efeito, não foi a quantidade de informações, não obstante se tratasse de uma quantidade considerável, levando-se em conta o tempo passado em Barra Velha. O mais significativo, em retrospectiva, consistiu do surgimento embrionário de povos indígenas na Bahia na cena acadêmica, sendo que isso implicava, simultaneamente, seu surgimento na cena política. Para Pedro, o conhecimento sempre implicava a base para pensar suas implicações práticas, especificamente para servir à formulação de políticas e soluções para que todas as comunidades envolvidas atingissem seus direitos e bem estar.

Por um lado, o conhecimento antropológico também visa suas próprias questões e análises, legítimas em si mesmas e não redutíveis a fins utilitaristas; por outro, todo conhecimento é passível de servir e, de fato, é necessário para ajudar a pensar a melhoria de vida das comunidades. Requer aqui se destacar que os pesquisadores envolvidos assistiam e colaboravam com elas, respeitando as suas decisões e re-

jeitando imposições externas, inclusive por órgãos de governo muito dados a desrespeitar a autonomia dos povos. O caso Pataxó será um desses casos por causa da tomada das suas terras, expropriadas, sem a menor consideração, para a sobreposição de um Parque ambiental que celebrava a ‘descoberto do Brasil’. Assim, em nome do início simbólico da nação e do nacionalismo, se sacrificava novamente os direitos originários.

O contato direto, o conhecimento pessoal e a interação cotidiana, mesmo que breve, abriu um canal de contato e colaboração que perduraria ao longo dos anos. Principiou, neste momento primeiro, um projeto de pesquisa voltado para os Pataxó, que com o tempo se tornou um Projeto de Pesquisa sobre Populações Indígenas na Bahia e, na sequência, se ampliou para o Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro – PINEB. Em 1972, Pedro seguiu tentando acumular literatura relevante e organizar estudos em torno disso (veja Agostinho 1979, para mais detalhes). Primeiramente, ele e os participantes escreveram um relatório sobre a visita. Havia a intenção de que fosse publicado e fundasse a base para futuras pesquisas. No entanto, segundo o próprio autor principal, “[O campo] foi realizado em dezembro de 1971, e no semestre seguinte, em que por acaso grande parte da turma cursou Prática de Pesquisa sob minha orientação, redigimos em colaboração um relatório, que pensamos publicar [Agostinho *et al.* 1972]. A possibilidade de realizar, mais tarde, um estudo de maior fôlego, levou-o a arquivá-lo, só tendo vindo à luz seu primeiro capítulo, hoje ultrapassado [Agostinho 1974]” (Agostinho 1979:134).

Ou seja, o relatório não foi publicado no seu todo, e só um artigo resultou que entrasse em circulação. A sua publicação decorreu do fato de não haver nenhuma informação prévia sobre a aldeia da Barra Velha, tendo o artigo levantado as informações disponíveis para elucidar ao máximo este mistério. A intenção, portanto, tendo em vista a falta de conhecimento geral, deve ter sido tornar pública a presença indígena e sua possível origem étnica. Porém, este artigo saiu numa

publicação, em Portugal, de muita pouca circulação fora do seu âmbito local, de muito difícil acesso, e que nunca foi posta em circulação digital. Pelo seu valor histórico, por ser a primeira publicação do que viria a ser o Pineb e sua indisponibilidade geral (digital), escolhemos este artigo para rememorar o principiar dos esforços pioneiros empreendidos por Pedro, que inaugurou uma nova época na etnologia brasileira dos povos indígenas.

A atuação de Pedro visava, além de acumular conhecimento antropológico e aplicá-lo politicamente, formar quadros e criar condições de trabalho individual e coletivo colaborativo. Aos poucos seus esforços tomaram corpo e resultaram em pesquisas etnográficas modernas, não só entre os Pataxó, mas ampliando o leque para o resto da Bahia. O caso Pataxó levou ao mencionado relatório, que é testemunho disso e, nas suas palavras, o ímpeto inicial de tudo que floresceu posteriormente:

“[...] foi a situação de abandono, de miséria extrema dos Pataxó de Barra Velha que nos mostrou a todos que um sentido de responsabilidade prática não bastava: era preciso, dele, passar à ação. E para tanto elaborei o Projeto ao qual antes me referi. Tinha este por objetivo investigar os seis grupos indígenas da Bahia, e de sobre seu estudo científico, rigoroso e autonomamente válido, formular um modelo geral para a política indigenista no âmbito do Estado, presumivelmente aplicável, com correções e reajustamentos, ao resto do Nordeste do Brasil” (Agostinho 1979:136).

Estudantes, a seguir, elaboraram sub-projetos para etnografias a cada caso, a princípio com ênfases significativas sobre ecologia e economia. Com efeito, várias monografias resultantes de pesquisa etnográfica foram apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em anos posteriores.

A situação Pataxó chamou a atenção pela sua dramaticidade e abandono, embora, depois, se tenha descoberto que alguns outros povos também sofriam de condições lamentáveis de vida. Para os Pataxó de Barra Velha se dirigiu a estudante, que participara da primeira viagem, Ma. Rosário de Carvalho, e que se concentrou, não surpreen-

dentemente, mas muito pouco usual na época, no ‘subsistema econômico’. Ela apresentou sua dissertação em 1977 (Carvalho 1977). Uma dissertação extensa (456 páginas) e que reuniu bem mais informações em todos os sentidos, e não só sobre o tema do título, inclusive sobre a história Pataxó, e lançando mão de documentos históricos. Desde o início, como deve estar claro, a atenção do Projeto abrangia os amplos interesses citados e já desencadeava esforços para levantar documentação em arquivos não explorados na Bahia. Nesse sentido, um dos seus objetivos era acumular, ao máximo, novas informações que objetivassem a superação do estado de conhecimento (ou desconhecimento) contemporâneo daquele momento.

Nesse sentido, o artigo que segue é, como já visto pelo próprio Pedro Agostinho, superado. Por exemplo, Ma. Rosário de Carvalho descobriu que os dois melhores conhecedores da lista de palavras, que foram recolhidas na primeira viagem, haviam-na aprendida entre os Maxakali (Carvalho 1977:111). Algo que induz a revisar a comparação feita no artigo e que pode parecer, à primeira vista, como que invalidando parte da mesma. Todavia, o próprio fato de uma viagem aos Maxakali suscitar uma série de questões até passível de revelar que os Pataxó compartilham de uma mesma constelação regional de povos e segmentos linguística e culturalmente afins.

Não obstante o exposto, além de nunca ter sido divulgado extensamente e praticamente indisponível hoje, o artigo tem mais valor histórico devido ao tratamento de dados. Essa primeira publicação, escrita em 1972, mostra as qualidades da escrita e análise que acima já apontamos em termos gerais. O artigo aborda todos os registros históricos disponíveis naquele momento, é exaustivo e cuidadoso em sua apresentação, análise e conclusão. Como estado da arte mostra o enorme vácuo de conhecimento sobre povos indígenas em 1971-2, em si só já testemunho dos grandes avanços que foram feitos. Em geral, hoje não temos mais noção deste vácuo primacial e de como a etnologia brasileira, no caso em especial no Nordeste, saiu do quase zero e acumulou hoje uma quantidade impressionante de informações e

análises, fato que foi normalizado para as gerações mais novas. No fundo, este artigo que aqui será republicado em forma digital após sua aparição, 50 anos atrás, será a demonstração de como, às vezes, algumas pessoas contrariam até o espírito da época, mas, em troca, geram efeitos verdadeiramente históricos.

Parte II: A identificação étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia¹

Pedro Agostinho da Silva
Professor de Antropologia
Universidade Federal da Bahia
In memoriam

Localização

O grupo indígena que se autodenomina Pataxó e se localiza na aldeia de Barra Velha e adjacências (aprox. 16° 50' 45" lat. S e 39° 9' long. W G.) foi até agora ignorado na literatura especializada. Essa aldeia, também chamada Bom Jardim, fica em terras do Parque Nacional de Monte Pascoal, que, adjacente ao mar entre os rios Caraíva e Corumbau, está situada nos limites meridionais do município de Porto Seguro, Estado da Bahia, Brasil. Pela classificação de Eduardo Galvão (1967:202-203), esse grupo pertence à Área Cultural XI – Nordeste.

Identificação étnica

Testemunhos históricos. – Apesar de serem conhecidos pelos regionais como Pataxó, de assim se denominarem a si mesmos, e de estarem hoje dentro de área geral que foi, historicamente, a de distribuição daqueles índios, não é sem problema que se põe a questão da identidade étnica do grupo estudado. O príncipe de Wied-Neuwied (1958), que percorreu o litoral na segunda década do século passado, menciona os Pataxó como habitando entre a margem norte do rio S. Mateus e o rio

de Porto Seguro, enquanto Métraux e Nimuendaju (1963:541-542) apontam como seu âmbito de dispersão as terras dos altos cursos do Jucurucu e Prado, além das que medeiam do Prado (Pardo?) ao rio de Contas. Darcy Ribeiro (1967:149) diz que ocupavam as matas do Jequitinhonha desde o Mucuri ao Arassuaí, sobrevivendo até ao século XX em bandos autônomos entre a margem direita do rio de Contas (do Pontal ao rio do Peixe) e o alto Almada. A estes dados falta, entretanto, a precisão que permitiria identificar os índios de Barra Velha sem dar ocasião a dúvidas, pois em 1816 havia no baixo rio do Prado uma aldeia maxakali; perto da foz do Corumbau houvera ataques dos Botocudo; e Cramimoã, na barra do Caraíva, era povoada por remanescentes indígenas aculturados, ao que parece de origem tupinambá (Wied-Neuwied 1958:219, 220, 274).

Examinando as obras que contêm listas dos grupos tribais do Brasil, verifica-se que o *Handbook of South American Indians* (Métraux & Nimuendaju 1963:241-242) acusa apenas a existência, em 1938, de 16 pataxó no posto indígena Catarina Paraguassu, o qual, no alto rio Colônia, está a cerca de 200 km em linha reta a NNW de Barra Velha. Sabe-se, por uma carta sua, que Nimuendaju (1939) os considerava “uma subtribo dos índios hãhãhái” (Edelweiss 1971:278), e o vocabulário de Azevedo (1937) foi também coletado entre esses Ranranran (Hãhãhã) do alto Colônia. Os autores mais recentes pouco acrescentam, e referem-se sempre aos sobreviventes, aliás poucos, que residiam no Posto Paraguassu. Ribeiro (1967:149) classifica-os, como grupo, na categoria de *isolados* em 1900 e de *extintos* em 1957. Galvão (1967:202-203) informa em 1960 que eram mestiços, e Malcher (1962) repete Ribeiro. Kietzman registra 25 indivíduos, dos quais só dois não mestiçados, “no Posto de Caramurú do S.P.1., a 2 milhas do Itaquira” (1967:50), e tudo faz crer que temos presente o mesmo grupo visitado por Nimuendaju em 1938. Quanto a Melatti (1970:50), fornece dados de Nimuendaju e Kietzman, aduzindo que, segundo a classificação estabelecida por Aryon dall’Igna Rodrigues, os Pataxó-Hãhãhãi se enquadram entre os que ‘perderam a língua’. Vê-se, portanto, que

nenhuma das fontes examinadas aponta, explícita ou implicitamente, a existência atual de um núcleo indígena relativamente importante em Barra Velha, e muito menos sua identidade étnica.

O recurso aos viajantes do século passado pouco melhora a informação. Em meados de 1816 o príncipe de Wied-Neuwied encontrou os Pataxó na vila do Prado (onde tinham feito paz há três anos), mas desde antes soubera de seus contatos intermitentes com os civilizados, que, quando não eram hostis, se caracterizavam sempre por uma atitude arisca. Seus bandos saíram das matas do interior e a elas voltavam, depois de fazerem algumas trocas, em Alcobaça, Prado, Cumuruxatiba, Cramimoã e Trancoso. A pormenorizada descrição do trajeto do Prado a Porto Seguro, e, especialmente, do rio Corumbau ao rio Caraíva, mostra com absoluta certeza a inexistência, na época, da aldeia de Barra Velha. Na margem norte do Corumbau encontrava-se uma simples família de barqueiros, vinda da vila do Prado e encarregada da passagem dos viajantes; e na margem sul do Caraíva existia o pequeno povoado de ‘índios mansos’ de Cramimoã, incumbidos também da travessia do rio. Destes, como referimos, diz expressamente o príncipe que eram descendentes de Tupinambá, dando a entender o mesmo quando alude aos ‘índios mansos’ que, esparsos ou em pequenos aglomerados, viu a sul do Corumbau e a norte do Caraíva. Entre estes dois limites do atual Parque Nacional, a costa apresentava-se deserta de povoamento sedentário (Wied-Neuwied 1958:212, 214, 216, 218-220, 274.)

Quanto aos dados de Tollenare e Saint-Hilaire, em 1817, de Spix e Martius, em 1818-19, e do conde de Suzannet em 1845, não são pertinentes por se restringirem a regiões mais ou menos afastadas de Barra Velha. E Avé-Lallemant, que em 24 de janeiro de 1859, passou muito ao largo e viu do mar o monte Pascoal, não teria podido observar habitações no litoral, nem dar notícias de um possível povoado a meio caminho entre Caraíva e Corumbau.

A primeira prova segura da existência de uma aldeia indígena em Barra Velha é de 1951. Nesse ano houve sérios conflitos com os regio-

nais, e *A Tarde*, de Salvador², ocupou-se dos acontecimentos com alguma atenção, coincidindo seu noticiário, em linhas gerais, com o que obtivemos nas entrevistas com informantes pertencentes ao grupo indígena, à sociedade regional e à força policial que efetuou a repressão. Mais tarde (aprox. 1960?) a atual aldeia aparece grosseiramente assinalada num mapa relativo à demarcação do Parque Nacional do Monte Pascoal, mapa esse arquivado nos escritórios do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em Salvador.

O levantamento exaustivo da documentação sobre índios guardada no Arquivo do Estado da Bahia, ainda em processo, pouco contribuiu até agora para a solução do problema que nos ocupa.³ Os dois quadros estatísticos encontrados, que relacionam aldeia por aldeia a população indígena da Província da Bahia em 1855 e 1861⁴, não incluem Barra Velha. Outros manuscritos tratam dos Pataxó em terras da vila do Prado. Uns 50 anos antes de 1857, e de ataques (Pataxó?) em abril de 1844, mas silenciam quanto a qualquer povoação permanente entre Corumbau e Caraíva. Há, no entanto, um documento de 1861⁵ que fala de planos para se estabelecer um aldeamento às margens do rio Corumbau, e, comparando a carta n.º 1200 da Diretoria de Hidrografia e Navegação, publicada em 1943 e corrigida em 1963, com a mesma carta corrigida até 1971, verifica-se que a foz do Corumbau parece ter sofrido considerável deslocamento para sul, o que, nessa zona costeira ocupada por extensos cordões litorâneos, não se afigura impossível. Pode-se pôr em dúvida, entretanto, que isso tenha ocorrido no breve lapso entre uma e outra correção da carta: mas desconhecemos o grau de precisão da primeira delas, que pode muito bem ter incorporado, por compilação, dados não corrigidos da cartografia anterior. O importante é que na carta cuja correção vai até 1963 o rio Corumbau desagua muito próximo do sítio hoje ocupado pela povoação, sendo cabível imaginar que essa proximidade e o posterior deslocamento da foz justifiquem o próprio nome da aldeia, Barra Velha. E que, portanto, seja ela o resultado dos planos que se traçavam em 1861 – ficando isso como hipótese a confirmar.

Temos, assim, meios de estabelecer provisoriamente os termos *post quem* e *ante quem* para o surgimento de Barra Velha, que são a passagem de Wied-Neuwied pelo local (julho e novembro de 1816) e as notícias dos jornais a partir de 25 de maio de 1951. Se estivermos dispostos a admitir grau menor de segurança, podemos avançar o termo *post quem* para 26 de junho de 1861, data em que foi informado o documento a que nos referimos. Como se vê, a margem de imprecisão é ainda muito grande, com 136 ou 91 anos separando os dois termos, conforme o que se tome por inicial. E o material histórico que se examinou em nada contribui para a identificação étnica do grupo de Barra Velha, forçando-nos isto a recorrer aos testemunhos de ordem linguística.

Testemunhos linguísticos – Utilizando o material disponível, Loukotka (1939; Métraux e Nimuendaju 1963:541) classificou a língua dos Pataxó como isolada. Além dos vocabulários que empregou, devem estar hoje arquivados no Museu Nacional do Rio de Janeiro as ‘notas linguísticas sem maior valor’ (segundo seu próprio juízo) que Nimuendaju tomou entre os Pataxó-Hãhãhá do Posto Paraguassu, em 1938-9 (Edelweiss 1971:279). No ano de 1971 o C^{el}. Antonio Medeiros de Azevedo cedeu-nos uma lista de 71 palavras dos mesmos índios, por ele obtida, com outras observações sucintas, quando no comando da tropa que, em 1936, submeteu o Posto Paraguassu por ocasião dos incidentes ali ocorridos. E, durante o trabalho de campo, conseguimos em Barra Velha um vocabulário com o total de 120 formas. Cópias da lista de Azevedo, dos questionários-padrão que aplicamos e da fita magnética gravada nessa oportunidade foram remetidas ao setor de linguística do Museu Nacional para fins comparativos, mas ainda não dispomos de resposta. Por isso, limitamo-nos aqui ao exame sumário das formas lexicais comparáveis e facilmente identificáveis quando cognatas, sem qualquer tentativa de descobrir regularidades fonéticas que tornassem mais rigorosa a comparação exercida. Esta foi de dois tipos.

No primeiro, confrontamos as formas correspondentes aos significados nos vocabulários pataxó de Wied-Neuwied (A), de Azevedo (B)

e de nossa equipa (C). Este foi também cotejado com a lista de palavras botocudo de Wied-Neuwied (1958:500-505). No segundo tipo de comparação, exploramos a possibilidade de nosso melhor informante linguístico⁶ no reconhecimento e tradução das formas arroladas nos vocabulários pataxó, maxakalí e malalí coletados pelo príncipe de Wied-Neuwied (1958:510-511, 509-510, 511-512). Se o primeiro método, cujos resultados se resumem no quadro abaixo, levou a algo que encaramos com reservas e foi bastante inesperado, o segundo parece confirmar e tornar mais complexas as suspeitas sobre a identidade e a composição étnica original do grupo.

Vocabulários comparados	N.º de formas por vocabulário	N.º de cognatos	% de cognatos
A e B	25	5	20,00
A e C	33	6	18,18
B e C	35	5	14,28

As percentagens de cognatos encontradas, se aceitarmos os limites estabelecidos por Swadesh e adotados por Rodrigues (1964:101), apontam que se estaria diante de línguas diversas, mas filiadas ao mesmo tronco. É esta, entretanto, uma conclusão que se deve considerar frágil, estritamente provisória, e na dependência da análise comparativa do Museu Nacional; e, ainda, prejudicada pelas dimensões e qualidades das amostras comparadas. Tomando o vocabulário C como referência, sua maior proximidade de A e distância de B explicar-se-iam em termos geográficos, pois a vila do Prado fica mais perto de Barra Velha do que esta do Posto Paraguassu, que são, como se recorda, os locais de registro de A, C e B. Por outro lado, A e B aproximam-se mais entre si do que A e C. Isto derivaria parcialmente, talvez, de fatores de ordem cronológica, pois A foi recolhido 120 e 155 anos antes de B e C, respectivamente. Cumpre lembrar que foi este um período durante o qual os vários grupos pataxó passaram do ‘isolamento’ ou

‘contato intermitente’ à condição de ‘integrados’ ou ‘extintos’⁷, com o ritmo das correspondentes mudanças socio-culturais e linguísticas sempre em aceleração.

Das listas de Wied-Neuwied (1958:497-516), nosso informante foi capaz de identificar e traduzir 8,13% das 86 formas pataxó, 8,69 % das 46 formas maxakalí e 3,60% das 11 formas malalí. A mais baixa percentagem quanto às últimas poderia justificar-se pela localização afastada de seus falantes, para S, W e SW de Barra Velha, e pela forte probabilidade de estarem algumas das ocorrências de cognatos ligadas à difusão de elementos linguísticos e culturais. Poderia considerar-se significativo serem praticamente as mesmas as percentagens referentes ao pataxó e ao maxakalí, mas ao segundo seria possível estender a ressalva feita quanto ao malalí e à presença de um processo de difusão. De maior importância é a comparação entre o vocabulário C e o vocabulário botocudo obtido por Wied-Neuwied: feita nos mesmos moldes da realizada entre A, B e C, resultou na identificação de 11 cognatos em 61 formas cotejadas, ou seja, 18,03%. Vale constatar que esta percentagem anda muito perto das encontradas entre A e B, e A e C.

Conclusões

Em resumo, do material histórico compulsado conclui-se que não existe referência segura à aldeia de Barra Velha antes de 1951, que seu surgimento se deu entre essa data e uma outra, posterior a 1816 ou 1861, e que de momento não há meios de determinar com rigor a identidade étnica do grupo estudado por métodos historiográficos. Entretanto, a evidência linguística parece apontar uma mistura de línguas, devida possivelmente à difusão linguística e à migração e fusão, num novo grupo, de remanescentes indígenas desgarrados de suas origens diversas. Esta apresenta-se como a hipótese que, mais atraente, tem a seu favor outro tipo de testemunho, que não examinaremos neste artigo, e que é o da auto-identificação étnica que se atribui cada um dos membros do grupo. Assim, a designação deste como Pataxó

derivaria da existência de um núcleo inicial dessa procedência, que teria servido de foco de atração para os tais remanescentes indígenas desgarrados de outras etnias. A estes se vieram juntar, a partir de data ignorada, negros, brancos e mais provavelmente mestiços de variados matizes, pelos índios classificados em uma só categoria abrangente – a de ‘portugueses’: à qual opõem a de ‘caboclos’, em que a si mesmos se situam.

Nota do Editor:

* Este texto foi publicado como: Silva, P. M. A. 1974. Identificação étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia. In Centro de Estudos de Antropologia Cultural (ed.). In *In Memoriam Antônio Jorge Dias*, vol. 2. Lisboa: Instituto de Alta Cultura-Junta de Investigações do Ultramar. pp. 393-400. O texto foi revisto para cumprir a formatação e as regras da revista e, neste sentido, não reproduz o texto original *ipsis literis*. Afora essas mudanças bem limitadas, o texto é igual ao que foi publicado.

Notas:

Parte I:

¹ Além do professor e o casal, havia os estudantes: Ângela Maria Borges de Carvalho, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Gerson Oliveira e Oliveira, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, José Pereira de Queirós, Neuza Maria de Salles Ribeiro, Fernanda Antônia Fonseca Sobral, Lucia Leão Mascarenhas de Souza, Graça Maria Rocha Torres, Dulce Dias Tourinho, da UFBA; participaram ainda Marinaldo dos Santos Teixeira, de Itabuna, e o Cabo PM Carlos, motorista do BPM / Ilhéus e o Cap. Alberto Salles Paraíso Borges (Agostinho 1999).

Parte II:

¹ Este trabalho insere-se em um estudo mais amplo, Identidade e situação dos Pataxó de Barra Velha, Bahia, realizado em colaboração com alunos de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da U. F. Ba. Na comparação linguística, contamos com a ajuda de Maria Rosário de Carvalho.

² V. A *Tarde*, Salvador, Bahia, edições de 25, 28, 29 e 30 de Maio e de 1, 2, 7, 8 e 11 de Junho de 1951.

³ Manuscritos do Arquivo do Estado da Bahia, Seção Histórica, Presidência da Província – Agricultura, Indústria e Comércio – Índios; maço 1857-1864: of. do subdelegado de Polícia do Prado ao diretor-geral dos Índios, 10-2-1857; of. do dire-

tor-geral dos Índios ao pres. da Província da Bahia, 24-2-1857; of. do diretor-geral dos Índios ao pres. da Província da Bahia, 14-4-1857; of. do diretor-geral dos Índios interino ao pres. da Província, 10-4-1861; of. do diretor-geral dos Índios interino ao pres. da Província da Bahia, 25-4-1861.

⁴ Mapas estatísticos manuscritos do Arquivo do Estado da Bahia, Seção Histórica: 1855 – “*Quadro das Aldeias da Bahia, com declaração do terreno que as compreende, número de índios que as habitam, estado de civilização dos mesmos. Missionários que os dirigem, e os vencimentos por estes percebidos*. Secretaria do Governo da Bahia, 9 de Fevereiro de 1855. O secretário, Luiz Ma. Alvaro Falcão Muniz Barreto,” (Pres. da Província – Agricultura, Indústria e Comércio – Índios, maço 1825-1857.) 1861 – *Mapa das aldeias indígenas desta Província da Bahia*. Diretoria-Geral dos Índios, 14 de Janeiro de 1861. José Jacome Doria.” (Doc. avulso.)

⁵ Of. do diretor-geral dos Índios interino, ao presidente da Província da Bahia, de 25-4-1861; despachado com pedido de informações ao delegado-diretor-geral de Terras, a 27-4-1861; informado favoravelmente pelo dito diretor da Repartição Especial das Terras Públicas da Bahia, a 27 de Junho de 1861.

⁶ Rufino Ferreira dos Santos, ‘Tururim’, pataxó que goza de considerável liderança na aldeia, e já viajou por diversas cidades do país.

⁷ Para a definição destes graus de integração à sociedade nacional, v. Ribeiro, 1967;81-87.

Referências:

Parte I:

- AGOSTINHO, Pedro *et al.* 1972. “Identidade e situação dos Pataxó de Barra Velha, Bahia”. Salvador, D.A.E. FFCH Universidade Federal da Bahia: ms.
- AGOSTINHO, Pedro. 1979. “Ensino pós-graduado, teoria e pesquisa antropológica. Uma experiência na Universidade Federal da Bahia”. *Revista de Antropologia*, (22):133-142.
- AGOSTINHO, Pedro. 1980. “Bases para o estabelecimento da reserva Pataxó”. *Revista de Antropologia*, (23):19-29.
- AGOSTINHO, Pedro. 1999. “Normas para transcrição paleográfico-diplomática instrumentos de trabalho e organização do fundo de documentação informatizado”. UFBA: ms.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. 1972. *Os Kariri de Mirandela: um grupo indígena integrado*. Salvador: EdUFBA.
- CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. 1977. “Os Pataxó de Barra Velha. Seu subsistema econômico”. Dissertação de Mestrado de Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 2023. “‘Not mere objects of study’: The Declaration of Barbados (1971) and the remaking of Brazilian Anthropology”. *Bérose – Encyclopédie internationale des histoires de l’anthropologie*, Paris. Disponível em: <https://www.berose.fr/article2897.html?lang=fr>. Acesso em 11.06.2023.

SILVA, Pedro M. Agostinho da. 1998. "Sete séculos e meio: profundidade histórica de um sistema de produção arcaizante". *Caderno do CRH*, (28):231-264.

SILVA, Pedro M. Agostinho da. 1995. "Império e cavalaria na guerra do Contestado". *Alteridades*, 1: 9-28.

Parte II:

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. 1961. *Viagem pelo norte do Brasil (1859)*. Rio de Janeiro: MEC-INL.

AZEVEDO. Antônio Medeiros e. 1936. "Relatório apresentado ao Exm.º Snr. Cap. Secretário de Estado da Segurança Pública pelo Cel. Cmt. das Forças em operação em 16 de Novembro de 1936. Polícia Militar do Estado da Bahia. Comando das forças em operação contra a célula comunista do "Posto Indígena Catarina Paraguassu"". ms., Bahia.

AZEVEDO. Antônio Medeiros e. 1937 "Os Ranranrans: tipos. costumes e dialetos. (Observações feitas no decorrer da 'Campanha contra o surto comunista irrompido no Posto Indígena Paraguaçu em Itabuna')". ms., Bahia.

EDELWEISS, Frederico. 1971. "Curt Nimuendaju na Bahia". *Universitas*, n. 8/9:277-280.

GALVÃO. Eduardo. 1967. "Indigenous culture areas of Brazil, 1900-1959". In *Indians of Brazil in the twentieth century*, pp. 169-205. Washington: Institute for Cross-Cultural Research.

KIETZMAN. Dale W. 1967. "Indians and culture areas of twentieth century Brazil". In *Indians of Brazil in the twentieth century*, pp. 3-51. Washington: Institute for Cross Cultural Research.

LOUKOTKA, Chestmir. 1939. "A língua dos Patachó". *Revista do Arquivo Municipal*, (LV):5-15.

MALCHER, José M. Gama. 1962. Índios. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos índios, Ministério da Agricultura.

MELATTI, Júlio Cesar. 1970. *Índios do Brasil*. Editora Coordenada de Brasília: Brasília.

MÉTRAUX, Alfred, & NIMUENDAJU, Curt. 1963. "The Maschacali, Patacho and Malili linguistic families". In *Handbook of South American Indians*, 1, p. 541-545. New York: Cooper Square Publ. Inc.

NIMUENDAJU, Curt. 1939. Ver EDELWEISS. Frederico, 1971.

RIBEIRO, Darcy. 1967. "Indigenous cultures and languages of Brazil". In *Indians of Brazil in the twentieth century*, pp. 79-162. Washinton: Institute for Cross Cultural Research.

RODRIGUES, Aryon dall'Igna. 1964. "A classificação do tronco linguístico Tupi". *Revista de Antropologia*, 12 (1 e 2):94-104.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. 1938. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. t. 2.º. Brasileira, vol. 120-A. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional.

- SPIX & MARTIUS. 1928. *Através da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 2.^a edição.
- SUZANNET, Conde de. 1957. *O Brasil em 1854*. Rio de Janeiro: Livraria Editôra da Casa do Estudante do Brasil.
- TOLLENARE, L F. 1956. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816-17-18*. Bahia: Livraria Progresso Editôra.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. 1958. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

The Ethnic Identification of the Pataxó of Barra Velha. Homage to Pedro Agostinho

Abstract: The *Antropológicas* Journal asked the two coauthors to prepare an homage to Pedro Agostinho, a Portuguese and Bahian anthropologist who passed on in 2022. The Journal presents this homage because of the indelible mark he left upon the history of Brazilian ethnology and, especially, the ethnology of indigenous peoples in the Brazilian Northeast. Here we publish an homage in two Parts. In Part II, we reproduce the first published text by Pedro Agostinho on the ethnology of the Northeast and, hence, a founding and institutive text that initiated a whole academic, collective and systematical anthropological effort which will create a totally new and innovative ethnological production. The text unites all of the available data in order to establish the ethnic identification of the Pataxó indigenous population of Barra Velha. This population used to be totally unknown, just like the entire Northeast was, with a few valuable exceptions, almost an ethnographic and ethnological vacuum. To appreciate the historical place and value of the text, from 1974, we need to contextualize the text at the time of its publication. In Part I, our introductory text aims to explain and evaluate the importance of this initial moment by placing it the contexts of the ethical and anthropological commitments of Pedro Agostinho that, in December 1971, motivated the foundational field-trip to Barra Velha.

Keywords: Homage, Pedro Agostinho, Pataxó, History of ethnology, Pineb, Northeast.

Recebido em março de 2024.

Aprovado em abril de 2024.